



Marília Dalva Klaumann Cánovas

Peregrinação Investigativa na Espanha Paulista

Historiadora pós-doutora, Marília Dalva Klaumann Cánovas teve sua vida acadêmica estreitamente vinculada à universidade de São Paulo, onde ingressou, aos 17 anos, no curso de História. Ali realizou o mestrado, o doutorado e o pós-doutorado, os dois últimos publicados pela EDUSP.

Apaixonada por arquivos, na primeira oportunidade que teve, foi cursar uma especialização em Arquivologia, no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP). E-mail de contato: mariliakcanovas@gmail.com

O início da longa peregrinação pelos arquivos

Minhas pesquisas no Arquivo Público do Estado de São Paulo datam da época em que sua sede se situava à Rua Antônia de Queiróz, em prédio que abrigou a Fábrica de Tapetes Santa Helena.

Evocando aqui as minhas primeiras (in)experiências concretas com pesquisa documental, constato hoje o quanto de despreparo consubstanciou essa fase exploratória, particularmente no transcurso do mestrado.

Tendo definido como linha de pesquisa o estudo das populações, especificamente, o das imigrações, iniciei uma árdua peregrinação de resultados incertos. Havia uma inexplicável lacuna historiográfica a respeito da segunda maior corrente imigratória a demandar o Brasil no período da emigração em massa, a dos espanhóis, que eu buscava recuperar, quando iniciei o meu périplo arquivístico.

Eram informações escassas, esparsas e episódicas e traduziam aspectos já fartamente sinalizados por outros pesquisadores, dificuldade, aliás, atestada pela incipiente produção preexistente sobre a temática e, em sua decorrência, pela lacuna e ausência de trabalhos sobre o espanhol, contribuindo para a sua reiterada invisibilidade.

Mapear um território na tentativa de rastrear a presença de vestígios documentais desse contingente imigratório revelou as agruras e desesperanças que permeiam a vida de um pesquisador: da constatação da total inexistência de informação quanto ao local da guarda da documentação permanente, passando por alusões esporádicas e fragmentárias, quando não desconexas, dispersas em distintos locais sem acessibilidade, até a mais absoluta barafunda arquivística, digna de motivar um filme surrealista, essa foi a realidade encontrada – e ainda o é, desafortunadamente, em muitos lugares – que me levava a um ritual obsessivo quase patológico.

No emaranhado burocrático cartorial, a mediação de Sebastião Witter

Foi, portanto, ali, neste prédio que iniciei consultando, filtrando e anotando informações de diversos maços de papéis que pudessem ter alguma relação com o meu objeto de trabalho – *requerimentos diversos da secretaria da agricultura (diversas ordens, caixas e maços); ofícios diversos (inúmeras latas); terras e colonização; colonização, imigração e despesas (diversas caixas e latas); imigração, estrangeiros (diversas latas); livro de chamada –Paraíso;*

Passando por alusões esporádicas e fragmentárias, quando não desconexas, dispersas em distintos locais sem acessibilidade, até a mais absoluta barafunda arquivística, digna de motivar um filme surrealista, essa foi a realidade encontrada – e ainda o é, desafortunadamente, em muitos lugares – que me levava a um ritual obsessivo quase patológico.

recenseamento – livros da secretaria da agricultura; movimento de imigrantes; sociedade promotora da imigração; discriminação de terras e colonização; inspetoria geral de imigração; terras, colonização e imigração (inspetoria); colonização e imigração – São Paulo; livro de débitos dos colonos, dentre outros.

Apesar do extensivo da busca, as alusões a este grupo migratório no APESP, quando apareciam, eram esporádicas e geralmente dispersas nos maços de documentos, não tendo caráter serial e nem apresentando relação ou analogia.

Assim prossegui na longa e exaustiva peregrinação na tentativa de rastrear vestígios da presença desse imigrante, até que a checagem de pistas e indicações recebidas, pôde, por fim, conduzir-me a uma comunidade remanescente, próxima a Catanduva, constituída basicamente por imigrantes espanhóis, alguns de primeira geração ali ainda fixados com seus descendentes.

A localidade – Villa Novaes, hoje um município – não possuía sequer um museu ou uma biblioteca, mas o que atraiu a minha atenção foi a existência de um pequeno cartório na vila, de propriedade de um descendente de espanhol, que, esclareça-se, o mantinha sob estrita vigilância – afinal, era ali, naquelas páginas dos Livros de Escrituras que habitava o pouco que haviam conseguido amealhar durante toda uma vida, como a justificar a sua falida odisseia atlântica.

No entanto, a jornada prosseguiria. Os documentos cartorários não constituíam uma série completa, considerando o período que escolhi para a pesquisa (1900-1930). Parte havia sido anexada a outro cartório, em algum momento. Ali apenas se conservara parcela deles, do momento em que a localidade de Villa Novaes havia se elevado à categoria de distrito, ou seja, a partir de 1925.

Mas, e o restante dos livros, de 1900 a 1925, onde estaria? Consta que em 1900 havia um cartório em uma localidade próxima, mencionada pelos imigrantes, e que teria desaparecido por uma epidemia, o que me fez retornar outras vezes àquela região, até que, entre idas e vindas, finalmente consegui localizar, em outra cidade, de nome Paraíso, o cartório que custodiava as primeiras séries documentais.

Eram séries completas e bem conservadas, porém, argumentavam os tabeliães, seria necessária uma autorização do juiz da Comarca à qual pertenciam esses cartórios para o acesso à documentação. Algumas declarações na mão, dirigi-me à Comarca de Olímpia, onde residia a autoridade judicial. Indo ter com o juiz local, muito simpático e atencioso, no sol escaldante de um janeiro impiedoso, senti-me vitoriosa.

Autorização judicial na mão, restava, contudo, vencer as resistências locais, que se manifestavam sub-repticiamente, pela criação de dificuldades ao acesso aos livros.

Foi exatamente o diretor do “Departamento do Arquivo do Estado” à época, o prof. José Sebastião Witter quem, pessoalmente, assinou as solicitações aos notários de ambos os cartórios, de Villa Novaes e Paraíso, para que os livros cartoriais pudessem ser microfilmados na cidade de São Paulo, com o acompanhamento de um técnico.

Não houve acordo para que isso ocorresse, conforme já mencionado anteriormente, apesar dos argumentos apresentados quanto à distância entre a capital e os cartórios para o manuseio e a microfilmagem da volumosa massa documental, e até mesmo pelas condições de hospedagem, inexistentes no caso de Villa Novaes – aliás, havia um único ônibus que saía de Catanduva cedinho para Novaes, e que retornava à noite.

Por fim, consegui realizar pessoalmente, em condições operacionais mínimas, a portas fechadas, e apenas em finais de semana, único período permitido pelos notários dos dois cartórios, a microfilmagem dos 51 livros cartorários manuscritos ali existentes – registros de nascimento, casamento, óbitos, escrituras e testamentos – totalizando aproximadamente 10.000 fotogramas.

Consegui realizar pessoalmente, em condições operacionais mínimas, a portas fechadas, e apenas em finais de semana, único período permitido pelos notários dos dois cartórios, a microfilmagem dos 51 livros cartorários manuscritos ali existentes – registros de nascimento, casamento, óbitos, escrituras e testamentos – totalizando aproximadamente 10.000 fotogramas.

Tal tarefa foi supervisionada operacionalmente por um antigo funcionário do Setor de Documentação, hoje Centro de Apoio à Pesquisa Histórica- CAPH/USP, Sr. Alfredo Crescente, que não apenas me orientou quanto ao manuseio do equipamento de microfilmagem, mas pessoalmente conferiu cada negativo produzido, obrigando-me a refazê-los quando não os considerava tecnicamente aceitáveis.

Hambre de tierra: fruto do cruzamento das fontes documentais com a polêmica história oral



Minha presença no local acabaria por estreitar os laços com a colônia, e tecer longas conversas e causos evocados pelas lembranças dos imigrantes fizeram-me ponderar sobre a possibilidade da exploração daquele patrimônio oral. Afinal, aquele grupo havia efetivamente partilhado da experiência que eu buscava reconstruir, havia protagonizado o processo que me empenhava em investigar, e se a sua trajetória concreta e formal no país de destino estava inscrita nos livros cartoriais, me perguntava, por que não as recuperar numa reelaboração com as narrativas, procedimento que permitiria a apropriação de outras faces que dificilmente seriam apreendidas pela “história oficial”?

À época, a decisão parecia arriscada. Afloravam no Brasil os debates sobre a legitimidade da história oral. Pesava, no entanto, a possibilidade de dialogar com dois suportes empíricos, no reconhecimento de que ambos possuíam sua própria historicidade. O desafio consistia em como entrecruzá-los, em como alinhar os pontos de contato entre os documentos escritos e os depoimentos orais. Decidida a não abrir mão daquela oportunidade única (até porque a maioria que se dispôs a falar já estava em idade avançada), reuni-me com cada um deles e gravei seus depoimentos que, depois transcritos,

compuseram com a documentação oficial compilada, o texto final de minha dissertação de mestrado, depois publicada com o título *Hambre de Tierra. Imigrantes espanhóis na cafeicultura paulista, 1880-1930*, pelo qual busquei delinear a trajetória do imigrante espanhol no colonato.

Então, parti para uma nova etapa, o doutorado, porém mantendo o mesmo objeto, o imigrante espanhol. Tinha como propósito, agora, recuperar práticas, estratégias e experiências concretas relacionadas à trajetória urbana promovida por esse contingente na Paulicéia, entre os anos de 1890 e 1922.

Novo desafio, velhos obstáculos para pesquisa

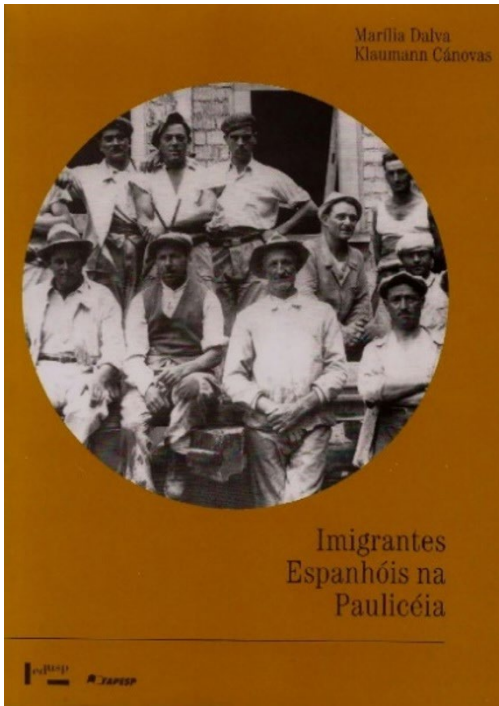
Localizei no Consulado Geral da Espanha da cidade de São Paulo um acervo inédito referido aos livros denominados *Inscripción de súbditos españoles residentes en el Distrito Consular*. Uma vez mais, foi necessária paciência, insistência e obstinação para a obtenção da autorização para a consulta daquele acervo, que trazia um somatório de informações importantes sobre o imigrante – desde a sua naturalidade, data de saída da Espanha, local de embarque, local de destino (fazenda tal, ou cidade tal), tempo de residência, ocupação/atividade etc.

Vencidos os trâmites burocráticos – de dimensões internacionais, nesse caso, posto que a autorização foi emitida pelo Ministério dos Assuntos Exteriores, localizado em Madri – pude, finalmente, manusear a preciosa documentação centenária.

Surpreendi-me, contudo, ao primeiro contato com o material: eram enormes livros grossos, de formato retangular, encadernados, em número incalculável, alguns deles em péssimo estado de conservação, empilhados desordenadamente, sem o menor critério, em diversas prateleiras de aço, misturados a todo tipo de material, armazenados em uma precária sala entulhada, empoeirada e escura a que denominavam de “almoxarifado” (talvez porque ali se depositasse tudo quanto era descartável ou em desuso, em especial

equipamentos eletrônicos).

Impedida de ingressar no espaço diplomático com um laptop, nem com uma câmera fotográfica, fui obrigada a realizar a transcrição dos 22.000 registros manuscritos manualmente. Ao iniciar o levantamento dos registros nominativos pensava estender a pesquisa até 1930. Porém, a operação duplicada – transcrição manual e posterior indexação dos dados em uma planilha eletrônica que previamente elaborara –, impuseram uma nova cronologia ao objeto: de 1893, ano da criação do consulado a 1922 (30 anos).



Ali trabalhei durante aproximadamente quatro anos utilizando uma pequena mesa que compartilhava no horário de almoço com os seguranças do local e cuja largura era inferior à dos pesados livros, que continham, cada qual, 100 páginas manuscritas na frente e no verso.

A essa fonte, espinha dorsal do trabalho, somaram-se outras, como o periódico *El Diario Español* editado em língua espanhola, que circulou na cidade de São Paulo de 1898, ano da sua criação, até 1922, ano do falecimento de seu fundador, José Eiras Garcia.

O curioso é que o periódico, embora editado na cidade de São Paulo, aqui não conservava nenhum exemplar. Nem mesmo a família de Eiras Garcia, cujos netos foram consultados, souberam informar do seu paradeiro. Finalmente, a série conservada foi localizada na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, onde foi adquirida em microfilme (de 1912 a 1922, num total de 4.873 fotogramas), sendo depois digitalizada, para facilitar a consulta, mas já em São Paulo.

Retornei ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, já em suas novas e modernas instalações e fiquei deslumbrada com as novas plataformas de pesquisa, o programa de descrição arquivística “nova ferramenta de pesquisa” e, sobretudo, com a digitalização, pelo scanner planetário, dos “livros de registro” do Memorial do Imigrante, de onde fui conselheira e de cuja deterioração fui testemunha, quando eles ainda estavam armazenados no antigo prédio da Hospedaria dos Imigrantes.

Ali, pude contar com o auxílio do pessoal do acervo iconográfico, que me orientou na consulta a imagens que pudessem ilustrar o meu trabalho.

Impedida de ingressar no espaço diplomático com um laptop, nem com uma câmera fotográfica, fui obrigada a realizar a transcrição dos 22.000 registros manuscritos manualmente.

Em busca dos “espanhóis da Paulicéia” em solo espanhol

Somadas a estas fontes centrais, expandi minha pesquisa para o lugar de origem dos imigrantes, a Espanha. Naquele país, frequentei arquivos públicos – o *Archivo General Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación*, o arquivo do *Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales*, ambos localizados em Madrid e o *Archivo General de la Administración Pública*, em Alcalá de Henares – e participei de um grupo de pesquisa internacional “red de estudios migratorios”, vinculado ao CSIC – *Consejo Superior de Investigaciones Científicas*, liderado pela dra. Elda González Martínez, e também de vários congressos internacionais em diversos países europeus.

Trabalho realizado, final feliz! Defendi o meu doutorado, e publiquei o meu segundo livro, desta feita pela Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, com o apoio da Fapesp: *Imigrantes Espanhóis na Pauliceia*.

Trabalho e Sociabilidade Urbana, 1890-1922.

“Se hace camino al andar...”¹, e eu partia, agora, para o pós-doutorado.

Nova etapa, novas abordagens, novos desafios

Como um desdobramento das fases anteriores, passei para a última etapa desse ciclo de investigações, que teve como palco a cidade portuária de Santos, a qual, por sua especificidade em relação ao conjunto das transformações decorrentes da economia do café, passou a apresentar, tal como a cidade de São Paulo, um crescimento vertiginoso e um acelerado processo de urbanização, resultantes da expansão das atividades comerciais e de serviços correlatos, e da gradual presença de imigrantes.

Cinco anos depois desta decisão, e de muitas pesquisas realizadas, encerrei o meu pós-doutorado, realizado com apoio da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, que, como na fase anterior, contou também com o auxílio da FAPESP, para a sua publicação, pela EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo e, assim, nascia Santos e imigração na Belle Époque. Os espanhóis: cotidiano urbano, práticas associativas e militância política (1880-1922), que foi calorosamente acolhido pela comunidade hispânica da cidade (de origem galega, em maioria), tão bem representada pelo Centro Español, local onde foi realizado o segundo lançamento do meu livro.

A semente do livro germinaria em solo santista. Novos projetos estão em andamento, um deles buscando levar a efeito a recuperação do centenário acervo arquivístico do Centro Español. Em sua esteira, pensa-se na criação de um centro de documentação e memória – que pudesse, inclusive, custodiar todo o material por mim coletado durante décadas de pesquisa sobre a temática da imigração espanhola para o Brasil – e até mesmo em ampliar o projeto às demais associações históricas beneficentes e mutuais da comunidade, como modo de salvaguardar a memória da coletividade hispânica no Brasil, tornando-se, assim, estímulo a novos pesquisadores da temática.

O encontro das águas do arquivista e do historiador



Primeiramente, julgo inadmissível que um historiador conclua a graduação sem conhecer, pelo menos, a função de um arquivo público, bem como suas especificidades, da produção e trâmite do documento como instrumento jurídico-administrativo à atribuição do seu caráter permanente, pela via de seu ciclo vital, de cuja terceira idade, a da preservação definitiva, nutre-se a História de sua matéria-prima.

Nesse momento crucial, em que aquele documento burocrático passa a adquirir um status de valor permanente – procedimento que pressupõe conferir-lhe previamente um valor cultural de testemunho (o “testemunho da testemunha”, para a Prof.ª Dra. Rose Marie Inojosa) ou prova, que extrapola o propósito de sua criação –, é que se dá a convergência, o encontro das águas do arquivista e do historiador, o qual, a partir de então, passa a definir

Primeiramente, julgo inadmissível que um historiador conclua a graduação sem conhecer, pelo menos, a função de um arquivo público, bem como suas especificidades, da produção e trâmite do documento como instrumento jurídico-administrativo à atribuição do seu caráter permanente, pela via de seu ciclo vital, de cuja terceira idade, a da preservação definitiva, nutre-se a História de sua matéria-prima.

¹ Fragmento do poema: “Caminante, no hay camino”, do poeta espanhol Antonio Cipriano José María y Francisco de Santa Ana Machado Ruiz, conhecido como Antonio Machado.

o seu papel, centrado na análise crítico-interpretativa.

Com efeito, no gesto de interpretação demandado pelos documentos de arquivo se situa a posição do historiador e a sua prerrogativa maior, que é transpô-los, plataforma que demarcaria o estatuto próprio de cada disciplina, no necessário entendimento de que, embora fronteiriças, possuem naturezas distintas, pressuposto cuja distinção primordial também define e delimita, em decorrência, as operações que redundam no produto das práticas historiográfica e arquivística, ou seja, da intersecção entre dois eixos: um horizontal, em que se situam os documentos de arquivo em sua imparcial objetividade e autonomia, e o outro, perpendicular, em cuja essência se define o ofício do historiador.

Carteiros do texto, viajamos de uma margem à outra do espaço do sentido valendo-nos de um sistema de endereçamento e de indicações que o autor, o editor, o tipógrafo, balizaram. Mas podemos desobedecer às instruções, tomar caminhos transversais [...], estabelecer redes secretas, clandestinas, fazer emergir outras geografias semânticas. LÉVY, Pierre. O que é virtual. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 1996, p. 36.

Nesse ato, puramente interpretativo e transcendente, ao historiador cabe investigar retrospectivamente o seu contexto de produção – nenhum documento é uma ilha, já se disse –, analisar a sua razão de ser, os seus vínculos operacionais, resignificando-o, ato primordial que independe do seu recorte temático e dos métodos e postulados ideológicos empregados.

Com efeito, no gesto de interpretação demandado pelos documentos de arquivo se situa a posição do historiador e a sua prerrogativa maior, que é transpô-los, plataforma que demarcaria o estatuto próprio de cada disciplina, no necessário entendimento de que, embora fronteiriças, possuem naturezas distintas, pressuposto cuja distinção primordial também define e delimita, em decorrência, as operações que redundam no produto das práticas historiográfica e arquivística